

Motivações discursivas para a descontinuidade morfossintática do SN

Discursive motivations for NP morphosyntactic discontinuity

Roberto Gomes Camacho*
camacho@sjrp.unesp.br
Universidade Estadual Paulista

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo o estudo da ordenação de constituintes do SN, mais especificamente, os fenômenos que provocam posições não canônicas de constituintes, cujo resultado Keizer (2007) denomina “SNs Descontínuos”. Considerando que as línguas variam na medida em que suas propriedades formais refletem categorias pragmáticas e semânticas, pretendemos investigar aqui, da perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), as motivações possíveis que subjazem ao acionamento de fenômenos de descontinuidade do SN no português brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Sintagma nominal. Descontinuidade. Funções pragmáticas.

ABSTRACT: This paper aims at studying NP constituent ordering, more specifically those phenomena which trigger non-canonical constituent positions, whose output was called “Discontinuous NPs” by Keizer (2007). Considering that languages vary to the extent that their formal properties reflect pragmatic and semantic categories, we intend to examine the possible motivations behind NP discontinuity phenomena in Brazilian Portuguese from Functional Discourse Grammar viewpoint (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

KEYWORDS: Nominal Phrase. Discontinuity. Pragmatic Functions.

* Livre docente pela Universidade Estadual Paulista, Professor Adjunto na mesma instituição (Campus de São José do Rio Preto). Bolsista de Produtividade do CNPq – processo nº 303176/2015-6.

Introdução

Na letra que Osório Duque Estrada fez para a música do Hino Nacional Brasileiro, composta por Francisco Manoel da Silva, veem-se logo nos primeiros versos, literalmente contidos em (1), dois casos de SNs descontínuos que acabam por dar uma interpretação meio arrevesada para esse símbolo de cidadania.

(1) Ouviram do Ipiranga as margens plácidas / De um povo heroico o brado retumbante.

Observa-se em (1) uma escolha consciente do compositor para atribuir ao ato discursivo envolvido a prosódia melódica própria de um verso. Outras escolhas possíveis – *Ouviram as margens plácidas do Ipiranga e o brado retumbante de um povo heroico* – certamente não dariam o mesmo efeito pragmático de Tópico, nem o mesmo efeito retórico, já que não haveria como *retumbante* rimar com *instante* mais adiante.

Ao codificar morfossintaticamente no final do verso uma parte do SN, o modificador do núcleo, no primeiro caso, e o argumento de *brado*, no segundo, o letrista do Hino rompe com a adjacência entre os constituintes, produzindo um exemplo clássico de SN descontínuo, o fenômeno que será objeto de análise neste trabalho.

Na literatura, as discussões do fenômeno da descontinuidade, isto é, da extraposição ou o deslocamento de um elemento constituinte do domínio do SN, podem enquadrar-se em dois tipos: os que se concentram somente nas restrições sintáticas e os que se dedicam à análise das circunstâncias que favorecem o deslocamento em situações como a descrita no exemplo de Hino Nacional, em que o falante exerce uma escolha entre duas ordenações de palavras aceitáveis: *do Ipiranga as margens plácidas* ou *as margens plácidas do Ipiranga*. Aderindo a essa segunda posição, este trabalho pretende debruçar-se, portanto, sobre a codificação morfossintática dos SNs descontínuos, não tomada isoladamente, mas em consonância com as motivações pragmáticas e formais que ativam a seleção de uma ou outra forma de expressão.

Segundo Keizer (2007), a única maneira profícua de explicar a complexidade desse tipo de variação é assumir que a ordem interna dos elementos do SN é determinada por um conjunto de princípios e preferências em interação e

possivelmente em competição. Pela perspectiva funcional, de acordo com Dik (1997) e também Keizer (2007), é necessário postular, para isso, uma teoria multifuncional de ordenação de constituintes.

Com base nessas considerações, este trabalho tem como objetivo o estudo da ordenação de constituintes internos de SN, mais especificamente, o que Keizer (2007) denomina “SNs Descontínuos”. Considerando que as línguas variam na medida em que suas propriedades formais refletem categorias pragmáticas e semânticas, pretendemos investigar aqui, da perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), as motivações possíveis que subjazem ao acionamento de fenômenos de descontinuidade no SN.

Complexidade estrutural e peso comunicativo são os dois fatores chave na ativação de inserção não canônica de constituintes no SN. É o que veremos na análise dos dados. Para tanto, este trabalho se organiza da seguinte maneira: a seção 1 trata da definição funcional de SN; a seção 2 define uma teoria multifuncional de ordem de constituintes; a seção 3 identifica as hipóteses e os procedimentos metodológicos; a seção 4 apresenta uma interpretação qualitativa de SNs descontínuos; finalizam o trabalho as Considerações Finais, que trazem, juntamente com um balanço do trabalho, algumas consequências teóricas das principais descobertas.

1 Um enfoque funcional do SN

Do ponto de vista puramente formal, o SN é um conjunto de elementos dentro da oração que tem como núcleo um substantivo. Segundo Perini (1995), pode-se definir o SN de maneira muito simples, entendendo-o como “o sintagma que pode ser sujeito de alguma oração” (PERINI, 1995, p. 92).

- (2) a ***Esse professor*** é um neurótico. (PERINI, 1995, p. 92)
b ***Um neurótico*** rabiscou meus livros. (PERINI, 1995, p. 92)

Com base nesses exemplos, o autor considera que *esse professor* é um SN porque é sujeito da primeira oração, e *um neurótico* também o é em (2b), embora apareça em (2a) na posição de predicado, exercendo não uma função referencial, mas atributiva. Por trás da definição formal de Perini (1995), pode-se postular que,

do ponto de vista semântico, além de denominar, o substantivo se refere às coisas do mundo, isto é, a uma entidade do mundo extralinguístico, real ou imaginário. É a função que exercem esse *professor* em (2a) e *um neurótico* em (2b), definição que, todavia, excluiria este mesmo SN em (2a) na função semântica de predicado.

Com base nessa diferença, passemos, a seguir, a olhar o SN de uma perspectiva pragmática e semântica, o que implica a necessidade de tornar mais complexa a definição da categoria e assumir que, do ponto de vista pragmático, um SN pode exercer a função de um Subato Referencial, como *esse professor* em (2a) e *um neurótico* em (2b), e também a função de um Subato Atributivo, que é a de *um neurótico* em (2b).

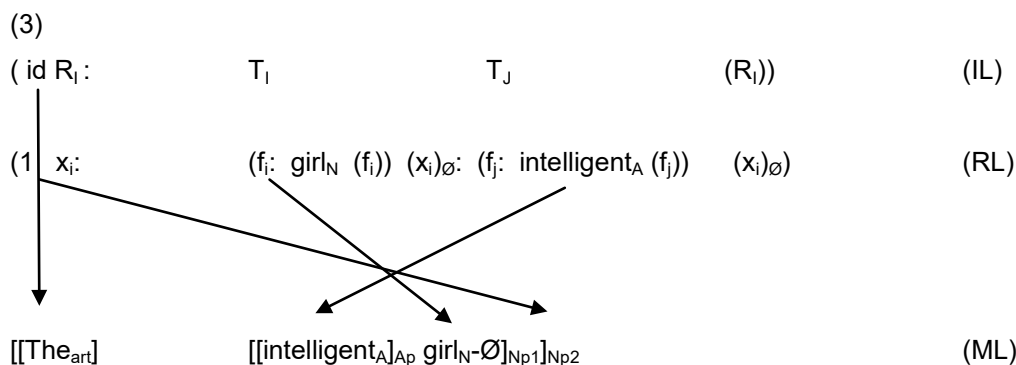
O que identifica *um neurótico* ou *esse professor* como SNs é uma codificação morfossintática com um elemento formal da ordem Xp, em que X representa o envolvimento de uma categoria lexical como verbo, nome, advérbio, adjetivo e adposição e p, sintagma (*phrase*). No caso desses dois SNs, trata-se aqui de uma configuração Np, indicando que o núcleo da categoria sintagmática (p) é um nome (N).

Esse grau de complexidade descritiva do SN é possível em razão de que a arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), formulada por Hengeveld e Mackenzie (2008), permite avaliar as unidades, entre as quais, o fenômeno em análise aqui, o SN, com base numa perspectiva descendente (cf. Esquema geral da GDF em Hengeveld e Mackenzie, 2008, p.13).

Uma organização descendente significa partir das camadas próprias dos dois níveis mais altos para as camadas dos dois níveis mais baixos. A GDF distingue dois níveis em relação ao processo de formulação, os níveis Interpessoal e Representacional, em que operam categorias pragmáticas e semânticas, respectivamente, entendidas como camadas hierárquicas, e dois níveis de codificação, o Morfossintático e o Fonológico, em que figuram as categorias formais, entendidas, por sua vez, também como camadas de organização hierárquica. A relevância dessa orientação descendente está justamente, no caso deste trabalho, na busca de motivações tipicamente pragmáticas e semânticas para as diferentes codificações morfossintáticas, especialmente em torno de ordenação de constituintes.

A função atributiva e a referencial que os SNs exercem no Nível Interpessoal são tratadas como Subatos, o Atributivo e o Referencial, os quais, no Nível

Representacional, correspondem, respectivamente, às funções semânticas de predicação e de designação. Essa decisão metodológica parece dar uma solução teórica satisfatória para as características pragmáticas, semânticas e morfossintáticas do SN. Para mostrar a interação entre os níveis, fornecemos em (3) a proposta de formalização de Hengeveld (2008) para análise do caso padrão de SN, como o inglês *the intelligent girl*.



(Adaptado de Hengeveld, 2008, p. 46)

A tríplex representação de (3) mostra, na realidade, o estatuto referencial do SN no Nível Interpessoal (*IL: Interpersonal Level*), que identifica o uso prototípico dele, não o uso atributivo. Esse estatuto pragmático é representado por R_i no Nível Interpessoal, que traduz o Subato Referencial; este contém, por sua vez, duas instanciações de um Subato Atributivo (T_i e T_j), implicando que a denotação do SN no Nível Representacional (*RL: Representational Level*) envolve duas propriedades lexicais (f_i e f_j) correlatas. Nesse nível ainda, x_i indica que o SN denota uma entidade de primeira ordem, no caso *girl*, modificada por *intelligent* que têm as propriedades f_i e f_j, respectivamente, para representar o fato de que a denotação referencial do SN tem uma expressão lexical no Nível Representacional.

É também nesse nível que se indica a natureza nominal do SN, marcada em (3), como a categoria N de *nome*, subscrita no item lexical atuando como núcleo, e como a categoria A de *adjetivo*, subscrita no item lexical atuando como modificador. Com base na informação fornecida nos níveis mais altos, o codificador produz formalmente um SN no nível morfossintático (*ML: Morphosyntactic Level*) com a ordenação típica do inglês, em que o adjetivo na função de modificador precede o nome na função de núcleo; no caso do português seria a situação inversa. É, portanto, no Nível Morfossintático que se dá a ordenação dos constituintes.

Como se vê, o sintagma nominal (Np₁) é uma categoria morfossintática que evoca, prototipicamente, um Subato Referencial no Nível Interpessoal e denota, no Nível Representacional, um Indivíduo (x), que é, nesse caso, uma entidade de primeira ordem, que pode ser localizada no espaço e ser avaliada em termos de sua existência¹. Ele é formalmente constituído pelo artigo definido (Art), que representa, no nível morfossintático, o caráter identificável do referente no Nível Interpessoal, e o Np₂, que é, por sua vez, formado pelo Np₁, constituído por um nome (N), exercendo o papel de núcleo e por um sintagma adjetival (Ap), que é, no exemplo, representado pelo adjetivo (A) *intelligent*.

É assim que se organiza o SN prototípico, na visão de Henvegeld (2008), que, todavia, identifica os outros tipos de SN que dele se desviam. São os casos de SNs não nominais (*Vi o que você fez*), SNs que denotam entidades de ordem superior, como estados de coisas (a *produção de leite*) e proposições (a *crença na mudança*), SNs com nomes próprios e pronomes (*Pedro saiu/ele saiu*), que são desprovidos de denotação no Nível Representacional; SNs que representam vocativos (*Ei, menina!*), SNs com x incorporado em línguas que os contêm e, finalmente, SNs atributivos, como *um neurótico* de (2a).

Tendo discutido a complexidade funcional do SN, vimos que lhe dá suporte um modelo de gramática, como a GDF, que representa, em níveis e camadas hierarquicamente organizadas, esse modo complexo de funcionamento. Na próxima seção, veremos como esse modelo é capaz de identificar também alguns princípios de ordenação que permitem explicar a descontinuidade sob a perspectiva funcionalista.

2 Uma teoria multifuncional de ordem de constituintes

O SN descontínuo deve ser entendido como uma escolha entre duas ordens de palavras formalmente aceitáveis de organização morfossintática. E, para a análise de ordenação de termos, deve-se considerar que a colocação de

¹ Outras entidades são estados de coisas e conteúdos proposicionais (LYONS, 1977). Uma entidade de segunda ordem ou estado de coisa (e), como *reunião*, pode ser localizada no tempo e no espaço e ser avaliada em termos de sua realidade; uma entidade de terceira ordem ou conteúdo proposicional (p), como *ideia*, não pode ser localizada no espaço nem no tempo e pode ser avaliada em termos de verdade. Há ainda entidades de ordem zero, ou propriedades (f), como *tranquilidade*, sem existência independente, e que somente podem ser avaliadas em termos de sua aplicabilidade a outras entidades: *a tranquilidade (f) do gato (x)* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

constituintes na oração obedece a “restrições da seguinte ordem: (i) fatores interpessoais: funções pragmáticas e de referência; (ii) fatores representacionais: funções semânticas e de designação; (iii) fatores morfossintáticos: funções sintáticas e de complexidade” (PEZATTI, 2014, p. 86).

A relação entre o nível morfossintático e os dois níveis mais altos que lhe servem de input é governada por três princípios, os de Iconicidade, de Integridade de Domínio e de Estabilidade Funcional. Cada um desses princípios contribui, a seu modo, para maximizar o paralelismo entre as estruturas, reforçando a transparência e a facilidade de interpretação da estrutura linguística.

Começemos pelo Princípio de Iconicidade. Ainda que a linguagem seja um constructo simbólico que, como tal, é capaz de tolerar uma relação maximamente arbitrária entre forma e conteúdo, ela dispõe de uma diversidade de fenômenos que propiciam certo grau de homologia entre essas duas dimensões. São esses os fenômenos abarcados pelo Princípio de Iconicidade, cuja atuação pode ser ilustrada pela correspondência entre a ordem em que se introduzem as categorias do Nível Interpessoal e do Nível Representacional e a ordem em que essas categorias são expressas na codificação morfossintática e fonológica, como se vê nos exemplos contidos em (4a-b), adaptados de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 284-5).

- (4) a. O jogo começou às 16:00 e terminou empatado
b. O jogo, que começou às 16:00, terminou empatado.

O exemplo (4a) ilustra o caso de um Movimento (*Move*)² com dois Atos Discursivos, categorias do Nível Interpessoal, cuja ordenação morfossintática conserva a sequência cronológica dos eventos discursivos evocados e designados, no Nível Representacional, como dois estados de coisas. De conformidade com essa ordem, o Nível Morfossintático codifica essa relação sob a forma de uma expressão linguística consistindo em duas orações coordenadas.

Seria possível violar o Princípio de Iconicidade, se o interesse do falante fosse dar maior proeminência à informação de jogo empatado, do que à do momento de seu início, que se traduz em (4b). Nesse caso, o Movimento consistiria em dois Atos

² Pode-se definir Movimento como a unidade mínima livre do discurso capaz de entrar numa estrutura interacional, e um Ato Discursivo, como a menor unidade identificável de comportamento comunicativo. O Movimento pode constituir um único Ato Discursivo central, que pode ser sustentado por um ou mais Atos Discursivos subsidiários (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Discursivos, um dos quais, o subsidiário, aparece como oração adjetiva no Nível Morfossintático e o nuclear, como a oração principal, dando abertura a três frases entonacionais no Nível Fonológico, marcadas pelas vírgulas. Tudo é, como se vê, uma questão de intenção comunicativa, uma escolha do falante na situação de interação.

Outro princípio que restringe o Nível Morfossintático por refletir a organização dos níveis que lhe servem de input é o de Integridade de Domínio. Esse princípio se refere a uma preferência universal por serem também justapostas umas às outras no Nível Morfossintático as unidades que, juntas pertencem ao Nível Interpessoal e ao Representacional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Em outras palavras, modificadores deveriam abrigar-se idealmente na expressão morfossintática em posição adjacente aos núcleos que escopam; similarmente, funções e operadores deveriam ser realizados por elementos próximos das unidades a que se aplicam.

A violação do Princípio de Integridade de Domínio, que provoca o aparecimento de descontinuidades, constitui um tipo de violação da relação de transparência, que consiste numa relação biunívoca entre as unidades de significado e as unidades formais, conforme entendida por Hengeveld e Mackenzie (2008) e, em particular, Hengeveld (2011) e Leufkens (2015).

Por transparência deve-se entender esse alinhamento idealmente biunívoco entre a estrutura hierárquica dos níveis mais altos de formulação, o Interpessoal e o Representacional, e a dos dois níveis mais baixos de codificação, o Morfossintático e Fonológico. Nesse caso, a evocação de um Subato de Referência, por exemplo, não deveria ser interrompida pela evocação de outro Subato de Referência, como ocorre em (4b) ou por algum Subato de Atribuição. Esse princípio se aplica por *default*, ou seja, caso tudo o mais seja igual, a correspondência entre os níveis garantiria o respeito ao Princípio de Integridade de Domínio. Observe-se em (5ab) outro caso típico de violação da integridade entre um SN e seu modificador mediante a colocação do modificador na posição final da oração.

- (5) a *[A nova linha de análise] foi proposta nessa obra, [cuja validade se estendeu por muitas décadas].*
b *[A nova linha de análise, cuja validade se estendeu por muitas décadas,] foi proposta nessa obra.*

O terceiro princípio, que interessa discutir aqui, o de Estabilidade Funcional, requer que constituintes com a mesma especificação interpessoal ou representacional sejam colocados numa mesma posição fixa em relação a outras categorias. Em certas línguas, a disposição de constituintes exercendo função focal é determinada por sua posição em relação ao verbo. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), no turco, por exemplo, insere-se o constituinte com função Foco na posição imediatamente pré-verbal, e fixa-se a posição de tempo do verbo na posição final da oração.

Outras circunstâncias, além da atuação desses três princípios, que ativam a descontinuidade, são evocados por Keizer (2007) como o princípio de peso-final (ou complexidade estrutural) e o de foco-final (ou peso comunicativo) para contemplar as circunstâncias pragmáticas.

O primeiro princípio diz respeito ao fato de a ordem livre de palavras ser ativada por um processamento cognitivo, que determina a tendência de otimização das estruturas da língua, ou seja, a estrutura menos complexa fica disponível em primeiro lugar, seguida das mais complexas (HAWKINS, 1983). Dik (1997) se refere a essa restrição como “Princípio de Complexidade Crescente” (*Principle of Increasing Complexity*), entendendo-o como uma preferência para ordenar os constituintes de uma expressão linguística em termos da progressiva complexidade formal de seus constituintes. É natural, segundo Dik (1997) que esse princípio se contraponha ao de Estabilidade Funcional: embora os constituintes com o mesmo perfil funcional sejam colocados na mesma posição, essa preferência pode ser superada pela diferença de complexidade interna entre eles. A complexidade é nesse mesmo sentido, referida como “peso” por Mallinson-Blake (1981) e Hawkins (1983).

Sobre o segundo princípio, de acordo com Keizer (2007) e Dik (1997), têm-se empregado diferentes noções funcionais, discursivas ou cognitivas para explicar a maneira como os elementos da oração são ordenados intra- ou translinguisticamente (*Principle of Pragmatic Highlighting*): constituintes com uma função pragmática especial são colocados preferentemente em “posições especiais”, incluindo, pelo menos, a posição de início de oração. De conformidade com os postulados de Dik (1997), Hengeveld e Mackenzie (2008) propõem três posições disponíveis na oração para a inserção de elementos em posições apropriadas: a posição inicial (P^i), a posição medial (P^m) e a posição final (P^f).

Entendem Dik (1997) e Hengeveld e Mackenzie (2008) que as duas posições periféricas P^I e P^F são psicologicamente salientes e extremamente relevantes para o processo de comunicação, enquanto a posição medial P^M é não somente menos saliente, mas também, estruturalmente, não deve ser considerada uma posição única em função do número variável de constituintes que uma oração pode conter.

Nos dois modelos funcionalistas holandeses, é o Nível Interpessoal que fornece os moldes para o falante formular suas mensagens com base em suas expectativas do estado mental do ouvinte, moldes esses motivados por funções pragmáticas. Em seu trabalho sobre ordem no português brasileiro, Pezatti (2014) destaca três delas, já antes identificadas por Hengeveld e Mackenzie (2008), que têm impacto sobre a forma linguística: Tópico, Foco e Contraste³, a que se acrescenta uma quarta, a de Ênfase.

A função Foco consiste na seleção estratégica do falante de uma informação nova com o propósito de preencher uma lacuna na informação disponível do ouvinte ou corrigir uma informação de que ele já disponha. Pode-se atribuir uma informação focal aos SNs na função pragmática de Subato Referencial ou Atributivo ou à Oração como um todo, no caso de afirmações téticas (*Chegou o correio*) em que todos os elementos constituintes são novos.

A função Tópico destaca a entidade sobre a qual se diz algo, a qual se acrescenta uma informação nova ou comentário; a função especial do Tópico é sinalizar como o Conteúdo Comunicado⁴ se relaciona com o registro construído no Componente Contextual. A posição preferida para o constituinte com a função Tópico, em português, é a posição inicial da oração.

A função Contraste, por sua vez, sinaliza o desejo do falante de destacar para o ouvinte as diferenças entre dois ou mais conteúdos comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e uma informação disponível no contexto. Sua contraparte, Sobreposição (*Overlap*), sinaliza o desejo do falante de dar destaque a similaridades entre dois ou mais Conteúdos Comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e a informação contextualmente acessível.

³ Essas categorias diferem das que Dik (1997) inicialmente postulava, uma vez que, por exemplo, foco contrastivo é agora uma função pragmática própria, denominada “contraste”.

⁴ O Conteúdo Comunicado contém a totalidade do que o Emissor deseja evocar em sua comunicação com o Destinatário. Essa categoria, que, em termos acionais, corresponde ao que Searle (1969) chama ‘ato representacional’, corresponde às escolhas feitas pelo Emissor para evocar um quadro do mundo externo sobre o qual quer falar. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Aplica-se outra função pragmática, a de Ênfase, quando se deseja salientar constituintes. Define-se como a intensificação, por meios lexicais, gramaticais ou fonológicos, de um constituinte ou de toda a expressão linguística. O termo *droga*, por exemplo, em [*Me responda, droga!*], pode ser considerado um mecanismo lexical, já que é um modificador indicando impaciência do ato discursivo com ilocução diretiva. Algumas línguas podem marcar Ênfase lançando mão de um operador exclamativo, ou de um contorno especial de entonação, usado pelo falante do português, por exemplo, para indicar intenção irônica.

3 Hipóteses e procedimentos metodológicos

Ainda que as considerações de Pezatti (2014) tenham focado o nível oracional, as funções pragmáticas discutidas na seção anterior são relevantes para a investigação das motivações da descontinuidade do SN, como parte de uma teoria multifuncional. Com efeito, Keizer (2007) considera que a única maneira profícua de explicar a complexidade da variação potencial é assumir que a ordem dos constituintes do SN é determinada por princípios e preferências em interação e, possivelmente, em competição.

Pela perspectiva funcional, de acordo com Dik (1997) e Keizer (2007), é necessário postular, para isso, uma teoria multifuncional de ordenação de constituintes, baseada nas seguintes suposições: (i) os padrões de ordenação encontrados em uma língua resultam de princípios em interação; (ii) cada um desses princípios é em si mesmo funcionalmente motivado; (iii) dois princípios em interação nem sempre definem a mesma preferência de ordenação; (iv) como a solução para a ordenação numa dada língua contém um elemento de conciliação, ela acaba se caracterizando por um certo grau de tensão.

Keizer (2007) postula a hipótese de que a decisão do falante de inserir para fora do SN material pertencente a sua estrutura é determinada por princípios independentes. Quando dois ou mais princípios definem ordens conflitantes, é possível que o falante execute uma espécie de ato de equilíbrio compensatório, cujo resultado depende de um dado contexto discursivo (intenções do falante, identidade do ouvinte etc.).

O ato de equilíbrio compensatório se assenta em duas premissas: o emprego da forma menos complexa e a indicação do status pragmático em termos das

funções que exercem os elementos envolvidos - constituinte principal, material de intervenção e constituinte deslocado - para atingir o efeito comunicativo previsto. O ato de equilíbrio tem, portanto, duas funções: (i) tornar o enunciado menos complexo, o que implica reduzir a dificuldade de processamento cognitivo de uma construção dispondo, o material mais complexo na posição final da oração; (ii) salientar o material focal, que é geralmente apresentado como novo no discurso. Entende-se, todavia, que outras funções pragmáticas, além de Foco, podem atuar como motivações da descontinuidade.

O resultado deste ato de equilíbrio pode conduzir a um enunciado que, do ponto de vista do emissor, é o melhor que ele pode produzir para criar o efeito interacional desejado. Do ponto de vista do destinatário, uma abordagem multifuncional parece perfeitamente plausível, pois ele opta por uma interpretação que, no contexto dado, está de acordo com construção selecionada pelo emissor (KEIZER, 2007).

Com base na teoria multifuncional (DIK, 1997; KEIZER, 2007) discutida na seção 2, postulam-se aqui as seguintes hipóteses: (i) a escolha de um falante de inserir material estruturalmente pertencente ao SN para fora dele é determinada por dois princípios independentes: peso estrutural e peso comunicativo; (ii) na maioria dos casos, esses dois fatores favorecem a mesma ordem; (iii) quando os dois fatores favorecerem ordens em competição, o falante tenta decidir qual dos dois fatores, dadas as circunstâncias discursivas, sobrepuja o outro em termos de eficiência; (iv) outros fatores independentes podem também exercer um papel relevante e, embora não tenham força suficiente para determinar a ordenação por si mesmos, podem constituir o fiel da balança em caso de “empate”; (v) o falante acredita que a ordem final dos elementos, nas circunstâncias discursivas, é a mais eficiente entre as disponíveis, apesar de ter sido violado pelo menos um princípio crucial de ordenação.

A fonte escrita que serve de base para a amostra deste trabalho é a *CartaCapital*, uma revista brasileira que aborda conteúdo de política, economia e cultura no Brasil e no mundo. Doze edições diferentes do ano de 2015 propiciaram o espaço de seleção de dados em textos de três diferentes gêneros jornalísticos: editorial, opinião e notícias. Os dados selecionados, como se verá, não se aplicam ao SN prototípico, mas, em geral, a entidades de segunda ordem, ou estados de

coisas, representados por nomes deverbais. O fato de haver a seleção de uma amostra não enseja, todavia, tratamento quantitativo.

A análise de Keizer (2007), que se debruçou sobre dados do inglês trata de complexidade estrutural e foco-final como parâmetros cruciais para a ativação de ordem não canônica. Nos dados aqui coletados, flagrou-se a atuação de outras motivações. Antes de mencioná-las na seção seguinte, uma nota metalinguística. Com base na terminologia adotada por Keizer (2007), denomina-se aqui *material de intervenção* o constituinte que romper a relação de adjacência do núcleo do SN com seu argumento, quando for o caso; denomina-se *material deslocado* o constituinte do SN que ocupar uma posição não canônica.

4 Análise multifuncional de SNs Descontínuos

Observem-se (6) e (7), que ilustram casos típicos de SNs descontínuos.

- (6) ***Do ataque e das pedras falta qualquer prova, quanto ao engarrafamento, de fato houve, provocado, no entanto, pelo trânsito indiferente, infenso ao mais tênue propósito político*** (CartaCapital, 1/7/2015, nº 856, p. 17).
- (7) ***Do dono da casa ganha mais que simpatia. De sua esposa, o ódio declarado*** (CartaCapital, 26/8/2015, nº 864, p. 51).

Trata-se, nesses casos, de SNs relacionais, *prova* e *simpatia*, respectivamente, cujos argumentos são não apenas descontínuos em relação ao predicado nominal, mas também são codificados em posição inicial da oração como um todo, configurando-se, portanto, casos de saliência pragmática. A relevância argumentativa dessa estratégia pragmática de Tópico se intensifica em (7), cuja configuração morfossintática cria uma correlação argumentativa que opõe uma dimensão eufórica, a simpatia do dono da casa, a uma dimensão disfórica, o ódio declarado de sua esposa.

A razão de atuarem os elementos deslocados dos SNs de (6) e (7) como ponto de partida de suas respectivas orações reside na preferência assumida pelo falante pela topicalização do argumento de ambos os núcleos relacionais: selecionar essa codificação, dentre outras possíveis, implica que o emissor destaca um constituinte que perderia a relevância pragmática, caso aparecesse na posição canônica em vez de ocupar a posição inicial na oração.

Outro tipo de ruptura consiste em interpor um tipo especial de material interveniente entre o núcleo do SN e seu argumento: um item lexical na função de modificador, como ilustram os exemplos (8)-(10).

- (8) *De outro ângulo, os clubes inviabilizados por suas dúvidas irresponsáveis precisam de negociação e a **crise avassaladora da Fifa** pressupõe mudanças profundas na estrutura do futebol no mundo* (CartaCapital, 15/7/2015, nº 858, p. 65)
- (9) *Curvar-se à **vontade suicida da oposição e da mídia?*** (CartaCapital, 15/7/2015, nº 858, p. 17).
- (10) *Interessa mesmo é que se mude a **fórmula medieval do sistema Fifa*** (CartaCapital, 1/7/2015, nº 856, p. 65).

A descontinuidade aqui, que se dá entre núcleo de nome relacional e seus constituintes argumentais, está fortemente relacionada ao fato de que o modificador não escopa o SN com um todo, mas apenas o núcleo. De acordo com Rijkhoff (2002), a codificação da qualificação mediante a inserção de itens lexicais adjetivos na função de modificadores, tem sua posição canônica na imediata adjacência ao núcleo do SN; portanto, o modificador não pode ser considerado um elemento de intervenção por pertencer ao SN nuclear e não ao SP na função argumental.

Na realidade, outras alternativas estruturais seriam ambíguas (*a crise da Fifa avassaladora*) a não ser que o modificador aparecesse na posição pré-nuclear do SN (*a avassaladora crise da Fifa*), em função de o modificador indicar uma atitude subjetiva do falante. De qualquer modo, são relações de escopo, ditadas pelo Nível Interpessoal, que motivam a colocação desses modificadores.

Vejamos agora o caso de descontinuidade mediante inserção de SPs atuando como modificadores do estado de coisas representado pelo nome relacional atuando como núcleo do SN, nos exemplos contidos em (11) e (12), em que aparecem como material interveniente, SPs na função de modificadores de tempo e de lugar, respectivamente.

- (11) *Hiperconcentrados na Série A, na **disputa** ao mesmo tempo **de vários torneios e campeonatos**, obrigados a segurar o gato pelo rabo, os clubes não sabem se escalam o time principal ou poupa os titulares* (CartaCapital, 26/8/2015, nº 864, p. 64).
- (12) *Ao mesmo tempo, tivemos a surpresa feliz de acompanhar pela tevê **o encontro**, em Brasília, **de representantes de alguns ministérios para***

debater a tão necessária questão sobre um Sistema Brasileiro de Esportes (CartaCapital, 1/7/2015, nº 856, p. 64).

Em (11), no SN [*a disputa de vários torneios e campeonatos*], o núcleo [*disputa*] é relacional, e seu argumento [*de vários torneios e campeonatos*] é interrompido por um SP em função de modificador de tempo. No caso de modificadores temporais, a descontinuidade fica clara, já que [*ao mesmo tempo*] poderia aparecer após o SP atuando como argumento. O mesmo se aplica ao caso (12), em que o SP na função de modificador de lugar [*em Brasília*] se abriga na posição pós-nuclear, descontinuando a relação do núcleo relacional com seu argumento.

Em ambos os casos, salienta-se pragmaticamente o constituinte deslocado, mediante a atribuição de Foco e Ênfase, isto é, em (11), salienta-se a simultaneidade de diferentes torneios e campeonatos e, em (12), destaca-se a relevância de ser em Brasília o lugar do encontro de representantes. Tanto num quanto noutro caso, não há conflito com a atuação de um princípio formal, o de complexidade crescente, que também se aplica aos SNs, como mostram (11') e (12'):

(11') [*na disputa*] > [*ao mesmo tempo*] > [*de vários torneios e campeonatos*],

(12') [*o encontro*,] > [*em Brasília*,] > [*de representantes de alguns ministérios*] > [*para debater a tão necessária questão sobre um Sistema Brasileiro de Esportes*]

No exemplo (13) abaixo, o elemento que aciona a descontinuidade é um SP na função de modificador de modo.

(13) *A segunda conclusão decorre da primeira, e não leva em conta o confronto entre PSDB e PT, **ambos traidores**, a seu modo, **dos princípios e valores que dizem defender*** (CartaCapital, 16/9/2015, nº 867, p. 14).

O SN [*ambos traidores*] atua como um aposto dos dois nomes nus anteriores, PT e PSDB, que são argumentos de *confronto*. A razão de descontinuar o SN de (13) é de ordem morfossintática: uma vez que o núcleo [*traidores*] é relacional, por ser uma nominalização agentiva derivada de *trair*, ele veicula a ideia de que cada um dos dois partidos tem um modo próprio de trair. Similarmente aos dois casos anteriores, aqui também a ação do Princípio de Saliência Pragmática atribui função

Foco e Ênfase ao SP [*ao seu modo*], mas a linearização encontra apoio também no Princípio de Complexidade Crescente: [*ambos traidores,*] > [*a seu modo,*] > [*dos princípios e valores que diziam defender*].

Os casos contidos em (14) e (15) mostram que a motivação da descontinuidade recai apenas na função pragmática de dar ênfase ao conteúdo do SP modificador.

- (14) **Mas a aprovação, de primeira, da Medida Provisória pelo Senado, a esta altura provavelmente sancionada pela presidenta Dilma, é motivo de satisfação para o esporte brasileiro** (CartaCapital, 22/7/2015, nº 859, p. 81).
- (15) **Um olhar compassivo lançado a todos os excluídos, como ela, de sua família e de seu chão** (CartaCapital, 12/8/2015, nº 862, p. 48).

Os núcleos dos dois SNs, um nome e um adjetivo substantivado⁵, respectivamente, que são ambos deverbais e relacionais, são descontínuos em relação a seus complementos em função de atribuir-se Ênfase ao respectivo material de intervenção.

Em (14) a descontinuidade do SN [*a aprovação da Medida Provisória*] é motivada pela inserção do SP [*de primeira*], um modificador de tempo, para enfatizar pragmaticamente a rapidez com que é aprovada uma medida provisória. Já em (15) o SN [*todos os excluídos de sua família e de seu chão*] é interrompido pelo SP na função de modificador de modo [*como ela*] também exercendo a função Ênfase. A relevância do Princípio de Saliência Pragmática se abriga no fato de que, nos dois casos, a posição do SP modificador poderia ser a de final do SN, sem provocar qualquer possibilidade de descontinuidade estrutural: [*a aprovação da medida provisória de primeira*] e [*todos os excluídos de sua família e de seu chão, como ela*].

Outro caso que combina saliência pragmática com complexidade estrutural é o contido em (16).

- (16) **Foi Lula, dias atrás, quem levou a Brasília para uma conversa com Dilma uma pesquisa que mostrava a queda de ambos na preferência popular** (CartaCapital, 1/7/2015, nº 856, p. 17).

⁵ O núcleo nominal de *Todos os excluídos* é, morfossintaticamente, um adjetivo substantivado, que identifica um caso de conversão por derivação imprópria.

O enunciado contido em (16) dispõe da tessitura própria de orações clivadas, com pausa entre o antecedente e a própria subordinada, típica da configuração de relativas não restritivas. O falante se aproveita dessa configuração para inserir o SN na função de modificador de tempo [*dias atrás*] sinalizando Foco e Ênfase com realce prosódico, já que o mesmo efeito se neutralizaria se o adjunto temporal aparecesse no final da oração [[*quem levou a Brasília*] [[*dias atrás*]].

Trata-se aqui de uma estrutura [*ser + que*], típica de construção clivada com escopo em *Lula*, que constitui uma estratégia morfossintática de marcação pragmática, reconhecida antes por Dik (1997) como Foco Contrastivo e por Hengeveld & Mackenzie (2008) como Foco simplesmente. No entanto, Pezatti postula que “a clivagem constitui uma estratégia de marcação da função pragmática Contraste, já que sempre pressupõe o realce de diferenças particulares entre dois Subatos (...)” (PEZATTI, 2014, p. 110), no caso, de (16), dois Subatos Referenciais.

Um Subato Referencial, explicitamente registrado em (16), é *Lula*, o que permite ao enunciador realçar uma escala argumentativa de que o fato de ser *Lula* a levar a notícia consiste aqui no argumento mais forte de que ele pode dispor para dar maior grau de credibilidade ao Conteúdo Comunicado que enuncia. Mas essa função apenas ainda não explica por que o SN foi interrompido.

Além de ser o material de intervenção curto e saliente pragmaticamente, a posição escolhida entre o núcleo e a clivada mostra também a atuação do Princípio de Complexidade Crescente, mediante a tendência de colocar, em posição final, o constituinte estruturalmente mais complexo e mais pesado que é, neste caso específico, o complemento [*uma pesquisa que mostrava a queda de ambos na preferência popular*] modificado por uma oração relativa restritiva.

Outro caso similar de material deslocado por complexidade estrutural está contido no exemplo (17):

- (17) *Instigante mesmo a ideia que propôs ao São Paulo, seu clube do coração, de **constituir um fundo de investimento para gerar o dinheiro necessário para se tocar um clube no negócio complexo em que se transformou o futebol*** (CartaCapital, 12/8/2015, nº 862, p. 65).

Como um nome argumental não derivado e relacional, o núcleo do SN de (17), *ideia*, tem que ser complementado por um ou dois argumentos. O primeiro argumento, o autor da ideia, aparece manifesto como um núcleo vazio em uma

oração relativa, ligado anaforicamente a um referente textualmente já mencionado, o empresário Abilio Diniz. Essa menção ao autor da ideia é depois seguida por um Ato Discursivo com a função retórica Aposição (*Aside*). É esse material de interferência entre o SN e seu argumento que o torna descontínuo. A ativação dessa descontinuidade tem dupla motivação: complexidade estrutural e atribuição de função Foco à informação dada no material de intervenção. De passagem, o Subato Atributivo, representado por *instigante*, aparece destacado mediante o operador de ênfase *mesmo*.

Atos discursivos atuam também como material de intervenção para acionar a descontinuidade morfossintática do SN, representando, de modo geral, algum comentário com alto valor argumentativo, a título de ironia ou crítica sarcástica, para sinalizar a atitude pessoal do enunciador em relação ao Conteúdo Comunicado. Vejamos, inicialmente, o caso contido em (18).

(18) *E, de outro ângulo, por que enfrentar a incógnita do pós-Dilma, se por ora o governo acuado se dispõe a levar em conta, e se possível executar, um pacote de providências excogitadas pelo Senado, aliás, de numerosos oligarcas?* (CartaCapital, 19/8/2015, nº 863, p. 14)

Em (18), o operador de Ênfase representado pela partícula *aliás* é o material de intervenção com alto valor argumentativo, atuando como pausa preparatória para o Ato Discursivo seguinte, que, ao preservar a ilocução interrogativa, põe em dúvida a posição dos membros do senado.

Em (19), o SN é interrompido por um Ato Discursivo de Esclarecimento, em que os parênteses sinalizam pausas na leitura para estabelecer uma função pragmática, que reafirma a natureza da propriedade do item lexical *cartolas* em contraste com a de *dirigentes*.

(19) *O veto ao pagamento de apenas 50% dos ganhos dos jogadores em caso de rompimento dos contratos dá bem a medida de como pensam e agem os “cartolas” (não dirigentes) de clubes, com sua voracidade e irresponsabilidade* (CartaCapital, 12/8/2015, nº 862, p. 65).

Chamar dirigente de futebol de cartola envolve uma conotação negativa, gerada por polifonia (DUCROT, 1988), em que a voz dominante no discurso gera uma polêmica com a voz de outros discursos possíveis, que não veriam dirigentes como cartolas.

No exemplo (20), por sua vez, o SN em destaque sofre descontinuidade mediante a intervenção de uma oração contendo um verbo *dicendi* [*define o coro*] numa atitude estrategicamente enfática.

(20) *O objetivo de envolver Lula na Lava Jato, ou em outro escândalo qualquer, tornou-se obsessão febril. Um caso patológico, define o coro, de volta à cadência inicial* (Carta Capital, 9/9/2015, nº 866, p. 12).

Nesse caso específico, o enunciador intercala um comentário, contido num outro Ato Discursivo com llocução igualmente declarativa, que atua para adicionar uma informação irônica ao SN descontínuo. Ao mencionar que quem define é o coro, o emissor lembra o coro do teatro grego clássico⁶, o que lhe permite ativar, na argumentação, novamente um caso típico de polifonia. A voz que enuncia que quem define é o coro, intercala-se à outra (talvez a do ator principal das tragédias gregas), que enuncia o SN [*um caso patológico de volta à cadência inicial*].

A relevância da descontinuidade, provocada por uma motivação pragmática, justifica-se argumentativamente no fato de que, no contexto do editorial em que foi extraído o enunciado, *coro* aqui se refere à mídia, que, comparada à cadência da voz uníssona do coro grego, mostra-se, segundo o emissor, obcecada com os deslizamentos da política atual sobre a operação Lava Jato.

⁶ O coro é constituído por um grupo homogêneo, não individualizado de artistas usando máscaras que, cantavam ou emitiam suas falas em uníssono, comentando com uma voz coletiva a ação dramática em curso.

Considerações finais

A análise dos SNs descontínuos aqui proposta fundamentou-se numa teoria multifuncional, inicialmente postulada por (Dik, 1997) e depois incorporada por Keizer (2007), que se acha assentada em dois parâmetros cruciais, o peso estrutural e o peso comunicativo.

Quando o peso estrutural sozinho não foi suficiente para garantir o deslocamento, sobressaiu a função pragmática, de que se deduz ter mais relevância o fator pragmático que o de complexidade estrutural. Com efeito, foram justamente as circunstâncias discursivas que impeliram o falante a buscar outros parâmetros independentes, que também exercem um papel relevante, embora não tenham força suficiente para determinar por si mesmos a ordem canônica ou a não canônica com descontinuidade, contribuindo com o processo de comunicação como o fiel da balança em caso da paridade de forças.

Os resultados mostraram ser exatamente esse o caso, quando razões argumentativas motivam descontinuidade morfosintática para a interposição de diferentes vozes discursivas. Na interação, cabe ao emissor favorecer uma dada ordem final, que, nas circunstâncias discursivas em que se encontra o destinatário, é a mais eficiente entre as disponíveis, não importa se tiver violado pelo menos um princípio crucial de ordenação, como o de Iconicidade, o de Estabilidade Funcional e o de Integridade de Domínio.

É da ordem do discurso em si, na realidade, violar constantemente esses três princípios, que exercem seu papel na linguagem como uma força centrípeta capaz de manter, na codificação, uma ordenação de formas necessariamente alinhadas com as categorias exercendo funções nos níveis mais altos de formulação.

Ao violar esses três princípios, o discurso mostra uma força notadamente centrífuga, que, numa comparação supostamente quantitativa, é menos frequente que as motivações que atuam como força centrípeta. Na realidade, a grande maioria dos SNs não é marcada por ruptura de ordem, de modo a contemplar, portanto, os princípios mais gerais da língua.

Uma motivação pragmática muito frequente nos dados é a atribuição simultânea de Ênfase e Foco, atuando quase sempre em consonância com o Princípio de Complexidade Estrutural; esta é, por sua vez, uma motivação só aparentemente morfosintática, já que sua força é garantir uma ordenação mais

aceitável para os constituintes do SN, deixando para as posições finais as unidades formais mais complexas, o que alivia o peso do processamento cognitivo tanto do ponto de vista do emissor quanto do ponto de vista do destinatário.

Para concluir, a análise dos resultados permitiu confirmar que os constituintes de um SN deixam de receber uma ordem canônica somente se houver interferência de ordem interpessoal, especialmente se estiverem envolvidas as funções de Foco, Tópico, Contraste e Ênfase, que identificam o Princípio de Saliência Pragmática (DIK, 1997), e se houver interferência de ordem morfossintática, que identifica o Princípio de Complexidade Crescente; tudo, sempre, na dependência das coordenadas da situação de interação social.

Os moldes de conteúdo escolhidos na formulação e na codificação, para atingir ao máximo o objetivo comunicativo, têm sua validade assentada no fato de que categorias de conteúdo pragmático e semântico se projetam na codificação formal mediante o uso de categorias morfossintática e fonologicamente relevantes com determinada linearização. São esses mapeamentos entre conteúdo e forma que permitiram validar a aplicação dos pressupostos da GDF dentre os quais o alinhamento com orientação descendente entre os níveis de organização.

Referências

DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar. Part I: the structure of the clause* (Functional Grammar series 20). Edited by Kees Hengeveld. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DUCROT, O. *Polifonía y Argumentación*. Cali: Colômbia: Universidade del Valle, 1988.

HAWKINS, J. A. *Word order universals*. New York: Academic Press, 1983.

HENGEVELD, K. Transparency in Functional Discourse Grammar. *Linguistics in Amsterdam 4*: 1-22, 2011.

HENGEVELD, K. Prototypical and non-prototypical noun phrases in Functional Discourse Grammar. In: RIJKHOFF, J.; VELASCO, D. G. (Eds.). *The Noun Phrase in Functional Discourse Grammar*. Mouton de Gruyter: Berlin, 2008, p. 221-261.

HENGEVELD, K., MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar. A typological-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KEIZER, E. *The English Noun Phrase. The nature of linguistic categorization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LEUFKENS, S. *The transparency in language: a typological study*. Amsterdam: Universiteit van Amsterdam. (Tese de Doutorado), 2015.

LYONS, J. *Semantics* (2 vols). Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MALLINSON, G-B.; BLAKE, J. *Language typology; cross-linguistic studies in syntax*. Amsterdam: NorthHolland, 1981.

PERINI, M. A. *Gramática Descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

PEZATTI, E. G. *A ordem das palavras no português*. São Paulo: Parábola, 2014.

RIJKHOFF, J. *The Noun Phrase*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

Recebido em 26/09/2017

Aceito em 31/10/2017

Publicado em 20/12/2017